**DESTINO E LIVRE ARBÍTRIO**

**Tema 21**

Destino e livre-arbítrio Uma das indagações que frequentemente ouvimos nas rodas dos iniciantes de Espiritismo refere-se aos casos de homicídio e de suicídio. Entendem os indagadores que o homicida traz consigo a necessidade, ou destino, de matar aquele sob cujas mãos futuramente sucumbirá. E estendem o sofisma aos casos de suicídio, entendendo que também o suicida reencarnou com o destino de matar a si próprio. Ambos os casos, no entanto, devem ser meditados e bem compreendidos, não sofismados, para que o adepto não resvale para a inconveniência de propagar a Doutrina dos Espíritos erradamente, comprometendo a limpidez da lógica por ela apresentada e assumindo a responsabilidade de contribuir para incentivar falsos raciocínios nos cérebros frágeis, aos quais a razão ainda não esclareceu. Ora, nos Dez Mandamentos da Lei de Deus, código de ouro, estabelecido para reger a Humanidade, há um dispositivo incisivo, exposto de forma a não permitir sofismas nem dubiedades. É o 5° — Não matarás. Jesus, o mestre por excelência, expôs a moral perfeita, prosseguimento da primeira, isto é, dos Dez Mandamentos, moral que condena até mesmo a expressão descortês de uma pessoa para com a outra. Declarou que “quem matar pela espada morrerá pela espada” e não cessou de recomendar o amor recíproco como base para toda a felicidade e prosperidade moral espiritual das criaturas humanas. Por sua vez, a revelação espírita, seguindo nas pegadas das duas primeiras revelações de Deus aos homens, adverte, com as mais categóricas demonstrações dos próprios fatos, que o homicídio e o suicídio são infrações gravíssimas às Leis de Deus. Chega mesmo a apresentar ao adepto, durante as sessões chamadas práticas, a situação espiritual impressionante, pelo sofrimento, de ambos os infratores, cuja consciência, 83 atormentada pelos remorsos da terrível infração, é tudo o que há de mais patético e angustioso que a mente humana poderia conceber. Não é verdade, portanto, que alguém renasça com a destinação de assassinar o seu próximo ou a si mesmo. A lei da reencarnação foi estabelecida, desde o princípio das coisas, tendo por alvo o progresso, a evolução da criatura e não a sua desgraça. A Lei de Deus, que rege a moral das criaturas, por sua vez mantém como base o amor universal. Se, pois, um Espírito reencarnasse com a destinação de ser homicida estaria destruída a lei do amor universal e o crime seria praticado com a aprovação divina, o que é absurdo julgar. O homicídio e o suicídio, portanto, são duas graves infrações das leis estabelecidas por Deus e, por conseguinte, não pode ser destino de ninguém a prática de ambos. Se uma pessoa se torna homicida ou suicida, agiu por sua própria iniciativa, serviu-se do livre-arbítrio, pois todos nós somos responsáveis, temos liberdade para agir livremente, não somos escravos nem autômatos, obrigados sempre a agir sob pressão de outrem ou de uma fatalidade cega. Somos Espíritos dotados de poderes para escolhermos as próprias ações e jamais teremos nossa vontade tolhida senão pelos clamores da própria consciência ou pelo senso da própria razão. E é isso, justamente, que acarretará méritos para o nosso ser espiritual, operando a glória que nos há de transfigurar perante a lei divina. Se agirmos erradamente, fazemo-lo sob nossa exclusiva responsabilidade. Então, assim sendo, futuramente sofreremos as consequências da nossa desarmonizarção consciencial com as normas divinas da lei natural que rege a Humanidade, e desse sofrimento, então, surgirá a experiência e a emenda dos maus costumes. Casos há em que o Espírito desencarnado, culpado de homicídio, se vê perseguido pelo remorso, a tal ponto intenso que voluntariamente escolhe uma reencarnação em que sucumbirá também pelo homicídio, ou por outra forma dramática, sofrendo então penalidade idêntica a que infligiu ao próximo anteriormente. Todavia, aquele que, por sua vez, o assassinará, não trouxe o destino de o assassinar. Fê-lo porque seu mau caráter e seus 84 instintos inferiores o arrastaram a isso, levados pelas displicências do próprio livre-arbítrio e não por determinação da Lei de Deus. De outro modo, a Lei divina faculta ao culpado resgatar os crimes praticados, numa ou mais existências terrenas, com outras existências devotadas ao bem, as quais o levarão a proceder de modo inverso ao que procedeu anteriormente. Ele poderá, então, salvar da morte trágica um ou mais indivíduos com o sacrifício ou não da própria vida e exercer o bem de várias outras maneiras. Também poderá sucumbir tragicamente, sem ser por homicídio, e assim sofrer a prova dolorosa que infligiu a outrem, destruindo-lhe a vida corporal. E tudo isso frequentemente acontece sob nossas vistas, bastando apenas observarmos os fatos cotidianos da vida e sobre eles meditarmos à luz dos ensinamentos espíritas, para tudo compreendermos. A Lei de Deus se é severa e não acoberta nossos crimes com um perdão gracioso, que dispensaria a emenda, também é misericordiosa, porque faculta ao culpado vários modos de expiar as faltas, sem provocar o círculo vicioso da prática de novos crimes, para que os crimes do passado sejam expurgados. Uma vida dedicada ao bem, portanto, poderá ser resgate de erros passados, realizações invertidas de outras tantas vidas onde crimes avultaram. O mesmo sucede ao suicídio. O suicida é um infrator, dos mais graves, das Leis de Deus. A responsabilidade do seu ato é unicamente dele, ou, de algum modo, responsabilidade compartilhada por um obsessor, se este existir agravando a situação. Segue-se que a gravidade de ambos os casos não será sempre a mesma, dependendo das circunstâncias particulares a cada caso e até do grau de evolução moral-intelectual de cada um. O estudo das Leis de Deus é, pois, complexo e profundo. O Espiritismo possui elementos para esclarecer o seu adepto sobre muitas nuanças dessa lei. Não há necessidade, assim sendo, de o aprendiz espírita debater-se em dúvidas ou recorrer aos sofismas ou às ideias pessoais a fim 85 de esclarecer o seu vizinho. Bastará que, metodicamente, consulte os verdadeiros compêndios doutrinários, ditados do Além pelos emissários do Cristo, que codificaram a Doutrina. Consultemo-los, pois, a fim de que sejamos bons propagandistas das Verdades celestes que a Doutrina dos Espíritos nos revela. Evitemos, para nossas consciências, a responsabilidade de transmitirmos, aos nossos amigos e ouvintes, falsos conceitos doutrinários originados das nossas ideias pessoais pouco esclarecidas. E lembremo-nos de que Jesus, o educador dos nossos Espíritos, conta conosco para intérpretes fiéis do que vem sendo revelado do Alto por um acréscimo de misericórdia para com o gênero humano.

In: À luz do consolador, de Yvvone do Amaral Pereira.